

Capítulo XII

Jornalistas na contra-informação

Poucos dias depois do 25 de Abril, mais concretamente a 2 de Maio, fui chamado pelo tenente-coronel Ferreira Correia. Em poucas palavras explicou-me a situação e atribuiu-me uma tarefa imediata: selar as instalações da JAPRESS, uma 'agência de informação' muito especial que existia em Lourenço Marques. O que cumpri com o auxílio de dois soldados.

No GPAP aquela 'agência' não era propriamente uma desconhecida: tratava-se de um autodesignado "Grupo de Imprensa" (GI) que funcionava sob as ordens directas do Governador-Geral, Pimentel dos Santos - e a que chamávamos "Gabinete Fantasma".

Resumindo: era uma central de contra-informação. Instalada num amplo andar de uma rua recatada de LM perto do Palácio da Ponta Vermelha, ali colaboravam vários jornalistas que pertenciam às redacções dos mais importantes órgãos de informação locais. Tinham telexes, abundantemente utilizados, telefones às ordens, secretárias, máquinas de escrever e gravadores (por ironia marca Spínola), dois carros, um potente aparelho de rádio para captar emissões estrangeiras e, sobretudo, as emissões da Frelimo. Faziam artigos encomendados pelas autoridades, faziam entrevistas (algumas inventadas, como foi o caso da entrevista ao pai de Samora Machel), relatavam vitórias atrás de vitórias das FFAA nacionais, descreviam com abundância de pormenores imaginados massacres da Frelimo, falavam das maravilhas do sistema, garantiam que a multirracialidade era um facto e alimentavam o Rádio Clube de Moçambique com uma "Nota do Dia" muito bem remunerada. Tudo visado e pago por Sua Exc^a o Governador-Geral ou por quem o representasse.

O gabinete era, no entanto, um recém-nascido quando morreu. Tinha sido criado no dia 19.09.73 (sete meses antes), sendo seu principal artífice Bruce Loudon, correspondente em Lisboa do Daily Telegraph, a residir na altura na Av. Marechal Carmona, 15, Estoril, com o tlf. 264924 e o telex nº 6385 (Fitima) – conforme consta de uma carta pessoal por si dirigida a "His Excellency eng^o Pimentel dos Santos, M.I. Governador Geral of the State of Moçambique" e que se encontrava guardada nos arquivos do dito 'Gabinete'. Este senhor era o cérebro e o elemento de ligação em Lisboa do referido 'grupo de imprensa', tendo organizado todo o esquema de canalização, para os OCS internacionais, das notícias fabricadas em Lourenço Marques. Mas a isso já lá iremos.

Importa agora dizer que, em Moçambique, o responsável máximo – sempre às ordens do GG, obviamente – era nessa altura um desconhecido jornalista chamado Ricardo Saavedra, que substituíra meses antes o mais tarde bem conhecido jornalista Carlos Pinto Coelho, quando este terminou o seu serviço militar em Moçambique.

Carlos Pinto Coelho - o sr. Acontece, como veio depois a ficar famoso por ter criado e apresentado na RTP, durante anos, o programa cultural de grande êxito e qualidade com esse nome – tinha sido o elemento de confiança do general comandante-chefe Kaúlza de Arriaga no campo da informação pública, em Nampula, sendo depois transferido, após um pequeno acidente, para Lourenço Marques, onde, requisitado pelo Governador-Geral, gizou com Bruce Loudon a "Japress". Em Novembro de 1973 terminou a sua comissão militar e regressou a Lisboa, onde ficou a trabalhar no Diário de Notícias. Quando chegou Abril era, naquele importante diário português, o responsável pelo noticiário de África... Anos mais tarde, chegou mesmo a fazer uma boa entrevista televisiva (RTP) a Samora Machel, já Presidente da República Popular de Moçambique...

O história sobre atrocidades

“(...) O história sobre atrocidades da Frelimo contra aldeia de Nhacambo é, sem dúvida, o maior golpe dado pelo Grupo de Imprensa até agora! (...) O notícia foi publicado em quase todo o imprensa inglesa, e o MNE também tem conhecimento de que também foi bem aproveitado em outros países, especialmente em Alemanha (quase tudo imprensa), Suécia e França. É muito bom para Moçambique (...)

Para a primeira vez o iniciativa é fortemente ao nosso lado e contra o que faz críticos contra Moçambique. Para a 1ª vez Portugal fez o ataque – e pela 1ª vez Mundo reagir. Sem dúvida os efeitos do nosso serviço sobre Nhacambo e o atrocidade da Frelimo vai ser profundo e vai influenciar a atitude de pessoas com influência(...)”

Este é um excerto de uma carta enviada por Bruce Loudon, em 12.01.74, ao chefe de gabinete do Governador-Geral de Moçambique, com pedidos de desculpa '*pelo péssimo linguagem*'.

A carta ilustra, de um modo perfeito, o mecanismo de contra-informação que estava em marcha.

O esquema era simples: em Lourenço Marques, profissionais de informação a soldo das autoridades colonialistas escreviam o que era preciso que se escrevesse. Depois enviavam tudo para Lisboa, para o telex do sr. Bruce Loudon, um sul-africano com passaporte inglês, que dava “o toque final” às prosas, passando-as a seguir a outros correspondentes estrangeiros a trabalhar na capital portuguesa. Além disso, o GI trabalhava já em estreito contacto com os jornais rodesianos e sul-africanos, bem como com o correspondente de France Presse na cidade da Beira, Silva Ramalho. De resto, a ligação às grandes agências de informação internacionais era um dos objectivos primordiais do GI que, por outro lado, tinha assegurada a divulgação das suas notícias através dos serviços de imprensa das embaixadas portuguesas espalhadas pelo mundo e, ainda, através das Casas de Portugal no estrangeiro que se encontravam sob a égide da então SEIT (Secretaria de Estado de Informação e Turismo). Uma rede completa, portanto.

Este esquema, interessa referir, tinha sido convenientemente delineado pelo tal Bruce Loudon numa carta enviada ao Governador Pimentel dos Santos em Setembro de 1973, período em que o GI estava já em gestação adiantada.

Nessa carta - curiosíssima sob vários aspectos - Bruce Loudon lembra também ao Governador-Geral que, quando chegasse a LM “*gostaria que o seu quarto no Hotel Polana tivesse uma secretária*”, pedindo ainda que lhe pusessem “*um carro às ordens mas sem condutor*” e que avisassem a PIDE/DGS para lhe dar um 'visa' permanente...

O Delfim

Na correspondência que manteve com Pimentel dos Santos, Bruce Loudon revela, igualmente, os seus estreitos contactos com Bonifácio de Miranda, director dos Serviços de Informação do MNE e com o titular da pasta, Rui Patrício, mostrando como o MNE “*precisava desesperadamente de notícias frescas de LM, para utilizar durante a Assembleia Geral da ONU*”. Este argumento terá sido decisivo para a rapidez com que o Pimentel dos Santos deu luz verde para avançar com o projecto, gastando o dinheiro que fosse necessário.

Ora, é neste contexto que surge o Grupo de Imprensa, tendo à cabeça, em Lourenço Marques, Carlos Pinto Coelho, nome sugerido ao Governador, ainda e sempre, por Bruce Loudon.

Fê-lo nestes termos, como consta de um 'anexo' de uma carta enviada para o Palácio da Ponta Vermelha: *“Pinto Coelho deve ser mantido a par de todos os factos confidenciais de modo a poder tirar deles o melhor proveito: ele saberá distinguir aquilo que deve ser mantido confidencial e aquilo que poderá ser aproveitado a favor de Moçambique. No entanto, o importante é que ele se encontre bem informado. Logo que ele se sinta bem seguro quanto ao bom funcionamento do grupo em LM, deverá deslocar-se a Lisboa para contactar individualidades”*.

Mas, perguntará o leitor, por que razão Bruce Loudon escolheu Pinto Coelho para seu delfim? Terá sido por acaso? Ou por capricho? Creio bem que não. Além das suas ligações com as autoridades colonialistas - com relevo para os seus contactos com o general Kaúlza de Arriaga - Carlos Pinto Coelho tinha já outras provas dadas, tendo chegado ao ponto de fornecer informação às autoridades sobre as convicções políticas de alguns jornalistas de Moçambique para que estes pudessem ir ao estrangeiro servir de embaixadores da causa colonialista.

Politicamente seguro e mestiço

Na verdade, a 24/08/73 – ainda o GI não tinha sido criado – **Carlos Pinto Coelho**, e então Chefe do Serviço de Informação Pública, enviou para o Governador-Geral uma informação que lhe havia sido pedida sobre seis jornalistas que lhe pareciam os mais indicados para fazerem uma viagem a França a convite do Governo francês.

Escreveu Carlos Nuno Pinto Coelho:

“1 – De extremo interesse e oportunidade esta iniciativa. De algum melindre, também.

a) A presença de jornalistas moçambicanos, integrados numa caravana portuguesa global, é uma manifestação tácita de reconhecimento externo da pluricontinentalidade nacional: ponto positivo.

b) A presença de jornalistas moçambicanos em França será, no entanto, agora mais do que nunca, um chamariz para as atenções dos outros jornalistas, nomeadamente os seus colegas franceses. Quer dizer, portanto, que é possível (e provável) que os profissionais de Moçambique sejam abordados, em contactos, ou entrevistas formais, e tenham que prestar declarações, emitir opiniões, reportar as suas ideias. Tudo isso poderá ser objecto de publicação em órgãos de informação franceses.

c) Mais do que o interesse francês em dar publicidade às suas realidades, parece-me que é de tomar em consideração os melindres focados na alínea anterior. Mais do que a capacidade profissional dos escolhidos haverá, pois, que levar em conta que eles serão, para todos os efeitos, autênticos embaixadores de Moçambique. E insuspeitos, por serem jornalistas.

d) Nesta perspectiva, sugiro os seguintes nomes – declarando, contudo, que as considerações políticas não excluam, na selecção, factores de conhecimento do valor profissional dos indicados

Segue-se uma lista de seis nomes, que obviamente omito. Um deles tinha sido indicado por ser “experiente, politicamente seguro e sobretudo mestiço natural de Moçambique”...

Outro – e este merece ser indicado com todas as letras – era Miguel Murupa, um desertor da Frelimo que se vendeu ao colonialismo português, tendo andado por vários países da Europa e América exibindo a sua cor e entoando loas à política multirracial do governo marcelista. De ‘jornalista’ tinha apenas o cargo/tacho, oficialmente atribuído, de subdirector do semanário “Voz

Africana”. No texto, Pinto Coelho considerava que Miguel Murupa era “um trunfo político cuja exploração nunca será demais aconselhar”.

De Joana Simeão a Silva Ramalho

Mas, para se entender na perfeição o género de ligações a que esta central de contra-informação recorria, vejamos apenas uma carta enviada em 2 de Novembro de 73 ao GI pela conhecida Joana Simeão:

“Caro Pinto Coelho

Acabo de apresentar a minha demissão a Sua Exc^a o Senhor Governador-Geral. The right woman in the right place. O meu lugar não é aqui. Quinze anos fora do solo português roubaram-me o domínio da língua portuguesa. Penso em francês, em inglês e em sueco, mas não mais em português. Ora, tu precisas de colaboradores válidos. Passo às 7 horas para receber as pastas que me fazem falta.

Tive prazer em trabalhar contigo.

Ciao.

Joana Simeão”

Muito significativa é igualmente uma carta de Silva Ramalho, “Representante- Geral para Angola e Moçambique da Agence France-Presse”, dirigida a Carlos Nuno Pinto Coelho.

Datada de 13 de Outubro de 1973, encontrei-a arquivada na Pasta “Correspondência” daquele ‘Grupo de Imprensa’. Eis o seu teor:

Meu caro Pinto Coelho

Finalmente, - e graças à sua competência, entusiasmo e dedicação -, o “esquema está a funcionar às mil maravilhas e, desta vez, o “Grupo Silva Ramalho” só tem louvores a render pela preciosa e eficaz colaboração que lhe está a ser dispensada.

Foi um prazer trabalhar com o Ricardo Saavedra e muito grato lhe estou por me ter dado esta oportunidade que sinceramente espero se repetirá muitas vezes, dado que me considero, desde já, um elemento da vossa equipa.

Junto lhe envio uma cópia da reportagem da Chemba que, conforme combinámos, só hoje saiu para o estrangeiro. Tenho o maior prazer de informar que, enquanto escrevo, estou a ouvir a reportagem ser lida no noticiário das 19,45 horas da Rhodesia Broadcasting Corporation.

Estou, também, muito sensibilizado e grato pela vossa atenção de me terem transmitido, esta noite, via Notícias da Beira, a notícia de apresentação do Mucanga. Junto, igualmente, uma cópia do que transmiti para o estrangeiro sobre o caso.

Certamente que o Ricardo Saavedra lhe transmitiu a sugestão (que, se bem me lembro, já tinha ventilado antes entre nós dois) de se aproveitar as rápidas e eficientes comunicações LM/Johannesburg para noticiário urgente e importante ser enviado directamente do vosso Gabinete para a France-Presse, em Jhb, o que nos dá uma garantia absoluta de divulgação mundial imediata.

(...) Esta combinação resultará ainda mais produtiva no caso de fotos que, a serem enviadas, por mim, da Beira, levariam oito dias a chegar a Johannesburg, mesmo por via aérea expresso.

Insaciável como é a “mass media” dos nossos dias, cá fico confiadamente à espera de mais – muito mais – material!...

Com os votos dos maiores êxitos para o vosso Gabinete e de todas as facilidades para todos vós, envia abraços amigos,

O seu mº dedicado e grato

Silva Ramalho

Bruce, o bufo

Por fim, e para melhor se entender até onde pode chegar, ontem como hoje, a degradação moral e profissional de alguns jornalistas, eis, em todo o seu esplendor, um telex enviado a 18 de Janeiro de 1974 por Bruce Loudon, em Lisboa, para Ricardo Saavedra, o já referido jornalista então chefe do GI, em Lourenço Marques:

“Incrivelmente, entrou hoje em Lisboa o jornalista de nacionalidade inglesa David Martin, que foi expulso de Tanzania há três semanas depois de dez anos lá como correspondente estrangeiro e, efectivamente, principal via para mandar propaganda anti-Moçambique de Frelimo para o Mundo. Eu descobrir Martin chegou como enviado especial do jornal esquerdista “Observer”, de Londres, e vem tentar fazer uma entrevista com bispo Dom Manuel Vieira Pinto. Porque lhe tenho passeport inglês, Martin entrou sem qualquer visto – e aparentemente sem qualquer reconhecimento por parte de autoridades. Foi só depois eu descobrir Martin que certos indícios foi alterada. Agora fazer diligências, mas por enquanto não foi tomada qualquer decisão. Vários pessoas aqui pensar que presença Martin aqui, depois de 10 anos de propaganda anti-Portugal durante sua residência em Tanzania, como virtual porta-voz de Frelimo, é um insulto a Moçambique, e por isso é melhor Martin parte no primeiro avião. Outras pessoas julgo que é negativo para expulsar qualquer jornalista. Eu não sei qual decisão vai ser tomada. Para me o situação parece mais ou menos igual si o padre Hastings entrou em Lisboa sem qualquer restrição. O mal é que os oficiais do Segurança no aeroporto não reconhece nome”.

Atento e prestimoso, do outro lado da linha, provavelmente enquanto bebia um whisky e fumava um Puro, Ricardo Saavedra respondeu:

“Bnoite, aki Saavedra. Estamos a estudar notícia sobre padres que ainda hoje deve seguir. Sobre Martin talvez imprensa Moçambique possa protestar contra sua estada em Lisboa. Que lhe parece?”

Responde por sua vez Bruce Loudon:

“ Este é uma ideia bom – mas eu julgo que para o momento, Ricardo, é melhor não disse nada, porque coisa é agora muito delicada e os diligências é muito delicada: por isso é melhor silêncio para o momento. Compreende?”

Resposta final de Saavedra:

“OK”

Entrevista falsa ao pai de Machel

Na história suja e repugnante desta central de contra-informação chamada JAPRESS, o papel de alguns “jornalistas” atingiu o nível da abjecção impensável. Foi o caso da “entrevista” ao pai de Samora Machel, assinada por Ricardo Saavedra e publicada com grande destaque e impacto no matutino “Notícias” de Lourenço Marques, no início de 1974.

Quase um ano depois, em 30 de Janeiro de 1975, o vespertino “Tribuna”, pertencente à mesma empresa do “Notícias”, volta ao assunto: o seu redactor Valdemar Bonacho publica uma entrevista com o pai de Samora, comandante Moisés Machel, *“um homem alto, de cabelos brancos, que aparenta mais de 70 anos, agricultor no Baixo Limpopo, que vive na aldeia da Madragoa”*, o qual conta com todas as letras o que se passara na ‘entrevista’ de Saavedra.

Repesco, das declarações de Moisés Machel, a parte em que fala da ‘entrevista’ publicada anteriormente pelo ‘Notícias’ :

“Sei que o jornal publicou uma fotografia onde se vê eu a votar. Foi uma manobra criminosa, pois fui obrigado a entregar um voto. Eu conto-lhe como se passaram as coisas...

Esteve aqui um jornalista europeu, que usava óculos, e que se fazia acompanhar de dois agentes da Pide. Vinha com eles o então administrador do posto de Madragoa, um homem que nunca mais voltei a pôr os olhos nele.

O jornalista, para me convencer a votar, disse-me que vinha em nome do Governo. Que o governador sabia bem quem eu era, que era um homem bom, e que estava na disposição de me fazer a entrega imediata de vinte hectares de terras, para eu poder fazer uma machamba a valer.

Não acreditei na história e sei também que houve alguns moçambicanos que aqui vivem na Madragoa, que foram igualmente forçados a votar.

Como não me decidia, o jornalista pediu a um dos agentes da Pide e ao administrador para ‘falarem’ comigo. Ameaçaram-me. Disseram-me que seria melhor para mim e para os meus que entregasse o voto. Que era uma formalidade e que não pensasse em mais nada...

Perante a ameaça, julguei que o melhor seria entregar o voto. Foi com tristeza que o fiz, pois tinha a consciência que estava a proceder mal.

Mas quanto à entrevista que me fala, posso afiançar-lhe que é tudo uma mentira. O jornalista só mentiu. E com ele colaboraram o administrador de posto e os agentes da Pide”.

Como Valdemar Bonacho refere no texto, Ricardo Saavedra participou depois, activamente, no chamado “Movimento Moçambique Livre” que esteve na origem dos gravíssimos acontecimentos de 7 de Setembro de 1974, vendo-se obrigado a fugir para África do Sul – como relato com pormenor noutra capítulo.